



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. ADYLSO MOTA)

ASSUNTO:

Estabelece normas de domicílio eleitoral, de fidelidade partidária e dá outras providências.

DESPACHO: APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 5.654, DE 1990.

AO ARQUIVO

em

de

MARÇO

de 19

91

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

107  
DE 19  
91  
PROJETO N.º

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
PROJETO DE LEI Nº 107, DE 1991  
(DO SR. ADYLLSON MOTTA)



Estabelece normas de domicílio eleitoral, de fidelidade partidária e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 5.654, DE 1990)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apense-se ao PL 5654/90

Em 21 / 02 / 91. Presidente

PROJETO DE LEI Nº 0107 DE 1991

Estabelece normas de domicílio eleitoral, de fidelidade partidária e dá outras providências.

Do Deputado ADYLSO MOTA

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Nas eleições para qualquer cargo eletivo o candidato deverá estar filiado ao partido pelo qual irá concorrer até dois anos da data do pleito.

Art. 2º - Nas eleições para qualquer cargo eletivo o candidato deverá ter, na circunscrição, domicílio eleitoral nunca inferior a dois anos.

Art. 3º - Perderá o mandato o ocupante de qualquer cargo eletivo que, por atitude ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido pelo qual foi eleito.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor um ano após sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se o art. 1º, da Lei nº 7.454, de 30 de dezembro de 1985, e as disposições em contrário.

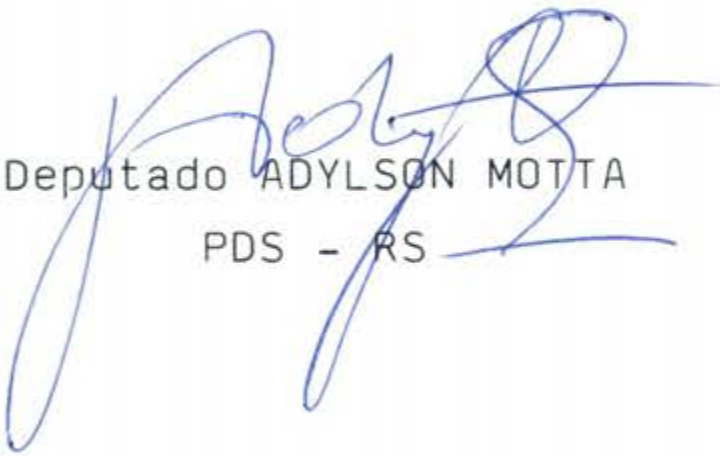


JUSTIFICATIVA

O sistema eleitoral brasileiro necessita de urgente transformação na defesa da própria instituição do regime democrático.

O presente projeto de lei visa a introduzir o domicílio eleitoral e a filiação partidária por prazo nunca inferior a dois anos e o restabelecimento do instituto da fidelidade partidária.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1991

  
Deputado ADYLSO MOTA  
PDS - RS



## CÂMARA DOS DEPUTADOS



### LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 7.454, de 30 de dezembro de 1985.

Altera dispositivo da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e dá outras providências.

#### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Nas eleições para Governador de Estado, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, o candidato deverá estar filiado ao Partido pelo qual irá concorrer, até 6 (seis) meses da data do pleito.

.....

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

06/03/91

Secretaria-Geral da Mesa

fl. 1

*Chegados 6-3.*

PROPOSICAO : PL. 0107 / 91  
AUTOR : ADYLSO N MOTTA - PDS/RS

DATA APRES.: 21/02/91

Estabelece normas de domicilio eleitoral e fidelidade partidaria, e da outras providencias.

Despacho :  
Apense-se ao PL. 5654/90.